

DIMENSÕES

Revista de História da Ufes

A expropriação da ex-matriz de Nosso Senhor do Bonfim de Silvânia - Goiás: uma herança preterida ou patrimônio resguardado?

The expropriation of the ex-Mother Church of Nosso Senhor do Bonfim, in Silvânia - GO: a neglected heritage or a protected heritage?

Lucas Pedro do Nascimento¹
Maria de Fátima Oliveira²
Maria Idelma Vieira D'Abadia³

Resumo: Este artigo analisa o espaço social, religioso e político que a igreja Nosso Senhor do Bonfim ocupou e ainda ocupa na vida religiosa da comunidade de Silvânia – Goiás. Evidencia, assim, as lutas, colisões e disputas que a envolveram no decorrer do tempo e as constantes ameaças de demolição, desativação ou reconstrução que colaboraram, diante dos avanços da modernidade, para destitui-la do título de Matriz paroquial. O objetivo da discussão, portanto, é compreender a ressonância da igreja como patrimônio local e as narrativas que a envolvem e ainda a mantém para alguns como um lugar de memória e para outros apenas como um monumento do passado. Para tanto, analisa documentos paroquiais, depoimentos de devotos e a própria devoção ao Senhor do Bonfim entre o século XX e XXI.
Palavras-chave: Patrimônio. Preservação. Silvânia. Senhor do Bonfim.

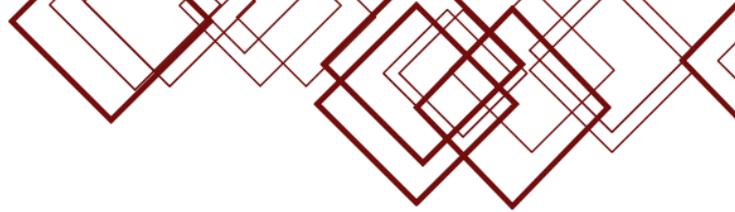
Abstract: This article analyzes the social, religious and political space that the church Nosso Senhor do Bonfim occupied and still occupies in the religious life of the community of Silvânia - Goiás. It shows, thus, the struggles, collisions and disputes that involved it over time and the constant threats of demolition, deactivation or reconstruction that collaborated, given the advances of modernity, to remove it from the title of parochial main church. The purpose of the discussion, therefore, is comprehend the resonance of the church as local heritage and the narratives that embrace it and still keep it for some as a place of memory and for others just as a monument of the past. For this purpose, it analyzes parochial documents, testimonies of devotees and the devotion to the Nosso Senhor do Bonfim between the 20th and 21st century.

Keywords: Heritage. Preservation. Silvânia. Senhor do Bonfim..

¹ Doutorando em Literatura pela Universidade de Brasília (UNB); Docente do curso de Pedagogia na Faculdade Metropolitana de Anápolis e professor de Língua Portuguesa na SEDUCE-GO; E-mail: lucaspedronas@gmail.com

² Doutora em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG); Docente do curso de História e do mestrado interdisciplinar Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER) da Universidade Estadual de Goiás (UEG); E-mail:proffatima@hotmail.com

³ Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG); Docente do curso de Geografia e do mestrado interdisciplinar Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER) da Universidade Estadual de Goiás (UEG); E-mail: cerradocorumba@hotmail.com



Introdução

A Igreja Nosso Senhor do Bonfim atualmente é o templo católico mais antigo da cidade de Silvânia, Goiás, e o menos frequentado pelos membros da paróquia a qual, embora ainda conserve o nome do orago, tem como sede a Matriz Nossa Senhora do Rosário, situada na rua Senador Canedo, número 123, centro. O preterimento pela devoção ao Senhor do Bonfim, ainda padroeiro do território eclesiástico, ou pelo monumento (a velha matriz) – alimentado por trânsitos intercalados entre culto, veneração e oficialidade – permeia os interstícios da história do lugar que é marcada por desabamentos, constantes ameaças de demolição, reconstruções, interdições e disputas políticas entre padres, bispos, coronéis e leigos desde o século XIX.

Assim, o objetivo principal deste trabalho é compreender como essa colisão de poderes e interesses individuais ou coletivos, e o avanço da modernidade em Silvânia, nos dois últimos séculos, influenciaram a expropriação da igreja e da própria devoção ao Senhor do Bonfim. Para tanto, fez-se antes uma pesquisa de campo na cidade entre janeiro e dezembro de 2017, cuja metodologia consistiu em, por meio da observação participante, mapear os olhares da comunidade em relação à igreja, as narrativas (auto) biográficas que a envolviam (mitos, milagres, memórias e poéticas da revivescência) e as atividades litúrgicas que colaboravam com a vida religiosa da paróquia. Nisto se inclui a participação em missas, giras de folia, festas e conversa com paroquianos. Ademais, também se fez mapeamento, catalogação e análise das fontes documentais da história oficial da igreja, registrada pelo clero ou a mando dele em livros de batismo, casamento e tombo entre 1833 e 1960 e os textos que circularam sobre a igreja em jornais locais entre 1960 e 1990.

286

Com o propósito de organizar melhor o percurso argumentativo e a apresentação dos resultados, dividimos o texto em duas partes: na primeira traçamos uma breve cronologia da história do lugar (Silvânia) e da igreja do Bonfim, cruzando os caminhos de um e de outra, a exemplo das próprias ruas da velha cidade. Em seguida, analisamos o lugar que a Igreja Nosso Senhor do Bonfim ocupa atualmente dentro da vida religiosa da paróquia e sua relação, enquanto patrimônio material, com o patrimônio imaterial (a religiosidade) local.

O Senhor do Bonfim é o Senhor destas terras

Em meados do século XVIII, um grupo de mineradores saiu do arraial de Santa Luzia (hoje Luziânia-GO), em algumas versões, ou de Santa Cruz de Goiás, em outras, com destino



a uma área ainda não explorada entre os limites dos arraiais de Meia Ponte e Santa Cruz. Motivado pela possibilidade de encontrar ouro, o grupo se embrenhou no território e desbravou-o, deslocando-se entre planaltos e veredas, até alcançar o objetivo inicial que foi alcançado depois de batearem nas águas barrentas do riacho que batizaram como “rio Vermelho”. O sucesso do empreendimento foi tão grande que dentro de poucos dias os mineradores fixaram moradias e desencadeou-se o fenômeno que o historiador Luís Palacin (1994, p. 13) denomina “corrida do ouro”, o qual, conseqüentemente, colaborou para a urbanização do lugar e o surgimento do então arraial de “Bomfim”⁴.

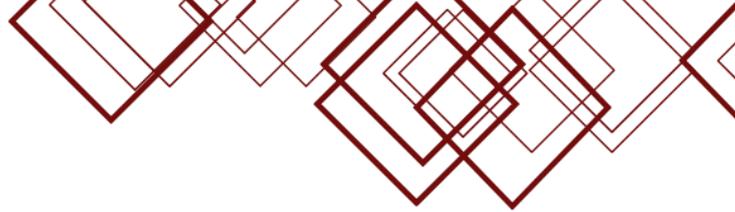
Neste contexto, no mesmo ritmo com que se ergueram os ranchos incrustaram-se na paisagem, aos poucos, as marcas do catolicismo. Primeiro, com o hasteamento do cruzeiro (ainda de pé) na praça do Bonfim, depois com a construção da capelinha primitiva que abrigou a devoção ao orago, Senhor do Bonfim. Para tanto, uma imagem de madeira, segundo as narrativas orais, foi trazida da Bahia. Logo, os ranchos, às custas do ouro retirado das lavras do rio Vermelho, foram cedendo espaço a casas de pau-a-pique e adobe. Os “trieiros” substituídos por ruas largas. Assim, o Arraial do “Bomfim” se assentou num planalto estratégico, cuja escolha teve influência a presença dos indígenas

287

(...) habitantes da região, com seus frequentes ataques aos acampamentos durante as noites e, algumas vezes, mesmo durante o dia. Os pioneiros escolheram nas cercanias das minas, o local que, entre outras condições, oferecia a vantagem de facilitar a observação de horizonte, interceptando os sinais de guerra ou de aproximação dos índios, com tempo suficiente para os preparos de defesa (LÔBO, 1986, p. 07).

A data efetiva desta fundação do arraial é incerta. A maioria dos apontamentos se baseia na afirmação lacunar do cônego Luís Antônio da Silva e Sousa de que o “pequeno arraial de – descoberto pouco mais ou menos no ano de 1774, tem a capela do Senhor do Bom Fim, filial de Santa Cruz” (SILVA e SOUSA, 1812, grifo nosso, apud BORGES, 1981, p. 127), que muitos teimaram em traduzir como um incisivo *foi no ano de 1774*. Embora a afirmação do cônego Sousa e Silva seja clara na hesitação – talvez por àquela época de seus registros (1812) já existirem discordâncias sobre o assunto –, daí em diante todos os relatos acerca do arraial não se preocuparam em indicar qualquer tipo de imprecisão ao se referir à data “oficial” de

⁴ O nome do Arraial e depois da cidade de Bonfim aparece quase sempre grafado como Bomfim em documentos eclesiásticos e oficiais. O mais antigo deles é o Estatuto de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Bomfim, datado de 1756.



fundação. O historiador Humberto Crispim Borges (1981), ao problematizar a questão por meio do *Balanço da Receita e Despesas da Capitania de Goiás* (1775), defende que:

[...] “No item concernente ao “Rendimento do Subsídio da Aguardente” – imposto destinado à manutenção de escolas -, aparece a produção do julgado de Meia Ponte, a saber:

- 810 canadas do arraial de Meia Ponte
- 1410 canadas do arraial do Córrego de Jaraguá
- 480 canadas do arraial de Santa Cruz
- 90 canadas do arraial do Bonfim..... 270\$000

Da transcrição supra, brota a pergunta:

Como é que uma lavra descoberta em 1774 e com início tumultuário – sem organização administrativa, sem policiamento, sem fiscais, sem estradas e sem ligações com Vila Boa –, já ostentava um ano mais tarde o título de arraial, com subordinação definida para Meia Ponte, as lavouras florescendo, os alambiques montados, os produtores relacionados, a safra alcoólica taxada e arrecadada? (BORGES, 1981, p. 14-15).

Além disso, é intrigante que, mesmo diante de uma temporalidade de espera e da lentidão nos processos de comunicação e organização da Capitania de Goyaz, em 1775 já houvesse notícias de que a lavra de mineração de Bonfim, fundada no decorrer do ano anterior, crescesse e se urbanizasse a ponto de, em tão pouco tempo, obter o título de arraial, ser incorporada a um julgado e organizar toda uma infraestrutura para a produção de cachaça e a cobrança dos respectivos tributos (BORGES, 1981). Corrobora esta inquietude o fato do primeiro *Mapa dos Julgados*, concluído pelo sargento mor Thomaz de Souza entre os anos de 1777 e 1778, representar o arraial do Bonfim em sua projeção cartográfica, dada sua importância para a capitania mesmo só tendo entre três e quatro anos de “fundação”.

288

Já para Borges e Palacin, as lavras de Bonfim foram descobertas pouco antes de 1774. Nesse contexto, se comparado aos outros arraiais, o início tardio da mineração não comprometeu drasticamente a extração do ouro, como ocorreu em outros núcleos da região, pois “no começo do século XIX e nas décadas de vinte e trinta ainda existia como atividade econômica, se não fundamental, pelo menos de alguma importância” (BORGES; PALACIN, s/d. s/p). Além disso, a estrada geral, que ligava a capitania de Goiás à de São Paulo e passava por Bonfim, favoreceu o modesto desenvolvimento da agricultura e da pecuária, concomitante à atividade mineratória.

Entretanto, Moraes (2014), em sua pesquisa sobre as irmandades de devoção e compromisso em Goiás (XVIII e XIX), afirma que o arraial foi fundado em 1757 e contou por três anos com a atuação dos padres jesuítas que construíram a capela do Senhor Bom Jesus do Bonfim (filial da freguesia de Santa Cruz) e instituíram a Irmandade de São Miguel e Almas.



O termo de compromisso desta irmandade, conforme nota da pesquisadora, data de 1767, com transcrição posterior de 1861, ano em que foi aprovado pelo presidente de província.

Durante a pesquisa de campo, tivemos acesso ao arquivo da Paróquia Nosso Senhor do Bonfim e identificamos os termos de compromisso de três irmandades a que se referiu Moraes (2014): São Benedito, Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e São Miguel e Almas⁵. Dentre os três, mereceu especial atenção o compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos cuja contracapa (figura 01), entre alguns arabescos, destaca uma data que parece ser 1756 ou 1856⁶. A primeira data já foi até apontada por alguns como uma prova de que Bonfim realmente fora fundada antes de 1774, contudo, diante da ilegibilidade da data e da dificuldade que seria para um arraial recém-fundado (1740) ou ainda nem fundado (1757) erigir uma irmandade dos Homens Pretos em tão pouco tempo, a afirmação ainda é bastante contestada.

Fig. 01 – Detalhes do termo de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora dos Homens Pretos de Bonfim

289



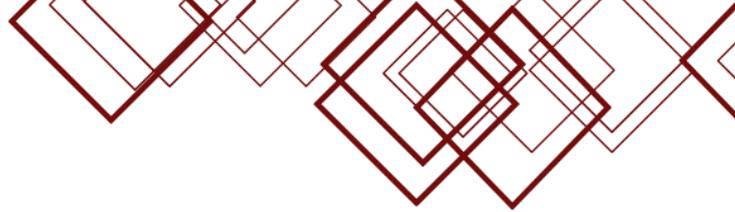
Foto: Nascimento, 2017.

Além disso,

[...] as anotações do arquivo da Prefeitura informam que “antes, por volta de 1740, os ‘serranos’, procedentes de Santa Cruz já haviam trabalhados (sic) nas minas bonfinenses”. Também o Capitão Amilcar Salgado dos Santos (“Cartas de Goiás”, pag. 20), diz: a vida de Bonfim, vem do ano de 1730, quando para

⁵ Não localizamos no arquivo paroquial o termo de compromisso da Irmandade de São Miguel e Almas com data de 1767.

⁶ Esta data foi escrita a lápis, abaixo dos arabescos.



aí vieram de Santa Cruz os “serranos” que foram os primeiros exploradores das lavras de ouro (LÔBO, 1986, p. 7).

Entre tantas incertezas, o único consenso a que se chega é o levantado pelo capitão Amílcar Salgado dos Santos⁷ “Bomfim esteve no apogeu de 1764 a 1774, na época da mineração dos tempos idos” (1937, p. 20). A partir desta data, o ouro se esgotou tanto que já não era mais encontrado sem dispendioso esforço. Para tanto, foram abertas lavras nos limites do arraial e poucos depois dentro dele próprio. Nesta época (primeiras décadas do século XIX), a Rua de Santa Luzia foi praticamente engolida, a Igreja do Senhor do Bonfim sofreu ameaças de demolição (transferência) e a cidade ficou salpicada de crateras e grotas, dentre as quais algumas ainda existem.

Em 1819, o viajante francês Auguste de Saint Hilaire (1975, p. 103-104), passando pela região, registrou que o Arraial de Bonfim possuía pequenas dimensões: “Compõe-se de algumas ruas pouco extensas e de uma praça triangular, onde está situada a igreja de N.S. Jesus do Bom Fim. A igreja é muito pequena, mas à época de minha viagem estava sendo construída uma outra”. Completa afirmando que as casas, apesar de serem pequenas, eram bem conservadas. Outro viajante que deixou suas impressões sobre o lugar foi o austríaco Emanuel Pohl. Segundo ele, “as casas são pequenas, construídas de barro, cobertas de telhas. [...] Os moradores, que antes viviam da exploração do ouro, preferem agora, em razão do empobrecimento das lavras, a cultura de milho e legumes e a criação de gado” (POHL, 1976, p. 192).

Alguns anos mais tarde (1824), Cunha Mattos visitando a localidade informa que o arraial de Bonfim possuía “[...] 151 casas, cadeia muito pequena e fraquíssima, duas igrejas, a Praça do Rosário e a do Bonfim, ambas espaçosas, quatro ruas principais e outras menores” (MATTOS, apud BORGES; PALACIN, s/d, s/p.).

Mesmo com a decadência do ouro, muitas famílias permaneceram no arraial e se dedicaram a outras atividades, em especial à agricultura e à pecuária. Outras tantas para ele migraram, pois Bonfim se projetava como lugar de grande potencial: tinha escola de instrução primária, localização privilegiada no Mato Grosso Goiano, ⁸abundância de água, solo fértil e

⁷ Em abril de 1927, o militar e historiador, durante uma viagem por Goiás, pousou alguns dias em Bonfim. O bispo de Goiás, Dom Emanuel Gomes de Oliveira, e o juiz de direito, Joaquim da Silva, a quem o capitão se refere nas cartas como um amigo que lhe revelara “cousas” sobre a História e “Goyaz”, trataram de lhe apresentar a cidade. Deles e de outros cidadãos bonfinenses é que certamente as informações registradas em suas cartas foram obtidas.

⁸ Antiga denominação microrregional do Estado de Goiás.



planaltos. Grande parte dos imigrantes eram de Minas Gerais, principalmente do arraial de Paracatu do Príncipe (Cotrim de Carvalho, Pereira dos Santos⁹), São Paulo e dos arraiais goianos de Meia Ponte (Rodrigues de Moraes, Gonçalves, Peixoto dos Santos, Albernaz, Nascimento, Lopes da Silva), Santa Luzia (Affonso do Rego, Bueno, Damásio de Souza, Espíndola, Cunha Telles, Mendonça, Meireles, Costa, Amaral) e Santa Cruz (Rodrigues do Nascimento, Souza, Silva, Mendes do Vale, Araújo, Nascimento, Monteiro da Silva).

A localização privilegiada de Bonfim se dava principalmente pelo fato de o lugar estar encravado na rota comercial que interligava São Paulo, Vila Boa e Meia Ponte e por ser um dos principais pontos de parada dos viajantes, tropeiros, boiadeiros e comerciantes durante a cansativa viagem que dava acesso à Goiás pelo sul. Esta rota, que antes era feita por uma estrada que passava por Santa Cruz, foi encurtada com a criação de Bonfim e facilitou consideravelmente o escoamento de mercadorias. Curado (2013, p. 65), em seu estudo sobre o transporte beicudo¹⁰ em Goiás, constatou a existência de muitos “registros antigos de caminhos e rotas que marcaram a busca de gado e de lugares ideais para a agricultura, evidenciando a riqueza do chão, nas imediações de Bonfim de Goiás” e ratifica a importância do arraial para a economia goiana.

291

Em 1833, o arraial foi elevado à categoria de vila, em 1857 à município e em um relatório da década de 1860 figurava dentre os cinco municípios goianos com maior destaque na economia, época em que

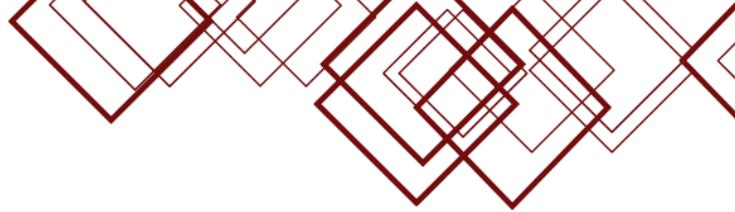
José Pereira Martins Alencastre procurando satisfazer as exigências do Governo Imperial, elaborou uma estatística geral da economia goiana durante o período em que esteve à frente da presidência da Província, entre os anos de 1861-1863. De acordo com o seu relato, a produção agromanufatureira em geral atendia às necessidades básicas de consumo, sendo o pouco excedente comercializado nas vilas, sobretudo, na Capital e no Triângulo Mineiro. Dentre os municípios com maior volume de produção estavam Meia Ponte, Corumbá, Capital Vila Boa, Santa Cruz e Bonfim (OLIVEIRA, 2014, p. 90).

Em 1943, por força de lei municipal, o topônimo Bonfim foi alterado para Silvânia em homenagem à influente família Silva¹¹. Desde sua criação até o presente momento, contam em

⁹ Pelos livros de casamento e batismo da Paróquia Nosso Senhor do Bonfim, pode-se descobrir a procedência de parte da população do arraial entre os anos de 1833 e 1930 (recorte temporal desta pesquisa). Quase sempre, a naturalidade dos noivos ou dos pais da criança batizada está sinalizada nos registros eclesiásticos.

¹⁰ Transporte feito no lombo de mulas e burros.

¹¹ Henrique Silva faz parte desta família. Ele nasceu em Bonfim no dia 18 de março de 1865, filho de Francisco José da Silva e de Ana Rodrigues de Moraes e Silva, e faleceu em 21 de maio de 1935, no Rio de Janeiro. Estudou na Escola Militar do Rio de Janeiro e foi fundador de vários jornais e revistas, com destaque para *A Informação Goiana* (1917 a 1935). Esta revista, editada no Rio de Janeiro tinha a finalidade de divulgar as riquezas existentes



vinte e dois o número de municípios que se desmembraram do território de Bonfim. Durante muito tempo, foi considerado polo educacional do estado de Goiás, principalmente a partir de 1930, quando o bispo de Goiás, Dom Emanuel Gomes de Oliveira construiu o Ginásio Anchieta e o Instituto Auxiliadora. Atualmente, segundo dados do IBGE, o município conta com 2.345.940 km² de território e 19.059 habitantes. É neste espaço que está edificada a Igreja do Senhor Bom Jesus do Bonfim.

Igreja do Senhor Bom Jesus do Bonfim: patrimônio esquecido ou adormecido?

A Igreja do Senhor Bom Jesus do Bonfim é a edificação religiosa mais antiga da cidade de Silvânia (GO). Construída no final do século XVIII por mineradores, como vimos, foi, ao menos até 1830, o único templo religioso do lugar, centralizando, durante todo esse tempo, a celebração de casamentos, batizados, crismas, missas, festas e o sepultamento dos finados da freguesia. Ainda na transição do século XVIII para o XIX,

Dada a riqueza das minas e os pródigos donativos dos mineiros, foi ela melhorada, surgindo dois alteres (sic) laterais. Em 1782 teve as regalias de capela curada, com a jurisdição da paróquia de Santa Cruz e assistência dos padres Francisco Lopes Camargo, Bernardo Queiroz Teles, Antônio Correa de Santa Ana e José de Gouveia Sá e Albuquerque. Somente em 1795, na pessoa do cura Vicente Ferreira Brandão, ganhou o primeiro capelão residente (BORGES, 1981, p. 77).

292

Em 1819, ao passar por Bonfim, o naturalista francês Auguste de Saint- Hilaire (1975) registrou que a igreja era muito pequena. Ademais, anotou também que naquela época os católicos já construíam uma outra igreja (no caso, a Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos). Em 1839, pouco depois, “a igreja do Bom Fim se achava completamente arruinada e as rendas municipais eram insuficientes para custear a sua reconstrução, um decreto da Assembleia Provincial de 1839 ordenou que as reparações fossem feitas à custa da Província” (MILLIET e MOURA, apud BORGES, 1981, p. 78), o que só aconteceu de fato dez anos depois, isto é, em 1849. Como durante as primeiras décadas do oitocentos, “na ânsia desordenada das escavações, destruíram os mineiros a rua de Santa Luzia e chegaram a ameaçar a igreja, defendida pelas autoridades do povoado” (BORGES, 1981, p. 15), em especial pela família Silva, esta reforma e ampliação figurou como uma reafirmação do poder do padroeiro, manifestado nos líderes políticos locais e nas famílias tradicionais, e um marco decisivo para

no Brasil Central de modo geral, e em Goiás, em particular, com o objetivo de atrair investimentos e atenção do governo para estas regiões.



sua manutenção como principal centro religioso da cidade. Assim, foram adicionadas duas capelas laterais à Matriz e revigorada toda sua estrutura (o madeiramento foi praticamente refeito¹²) para comunicar a todos o desejo de muitos em fazê-la permanecer de pé e invicta¹³.

Anos depois, em 05 de janeiro de 1915, assumiu a paróquia o padre Salomão Pinto Vieira¹⁴, ex-reitor do Seminário Diocesano de Goiás e português de naturalidade. Ultramontano¹⁵, o religioso arquitetou imediatamente modos de transformar e alterar a vida religiosa paroquial¹⁶. Uma destas ações foi a reforma e reconfiguração da igreja Matriz e a substituição da imagem do padroeiro por uma mais “artística”, pois, como registra ele no livro de tombo, a antiga imagem “do N. S. Bom Jesus do Bomfim, em madeira, que está no trono do A. mor é muito imperfeita”¹⁷.

A reforma comandada por padre Salomão começou em outubro de 1915 e foi custeada com a herança deixada por padre Gomes Pereira da Silva ao Senhor do Bonfim. Na ocasião, fez-se um novo altar-mor e se colocou gradil envernizado ao redor do presbitério, derrubou-se as paredes da capela-mor e abriu-se, com isto, os portais de acesso aos cômodos laterais; abriu-se as duas janelas da capela-mor, outras seis na nave, fez-se a torre dos sinos do lado da rua da Direita (hoje Francisco José da Silva), baldramou-se todo o assoalho, construiu-se um novo

¹²Acima do mezanino da igreja tem uma grande viga de sustentação com a data “1849” incrustada.

¹³ Além disso, os devotos envolveram a igreja em uma aura de mistério e misticismo para protegê-la. Narrativas tecidas ao redor do padroeiro atestavam que debaixo de seus pés dormia uma serpente, cujo rabo ia descansar no Poço da Roda e acordaria imediatamente caso algo acontecesse com a igreja.

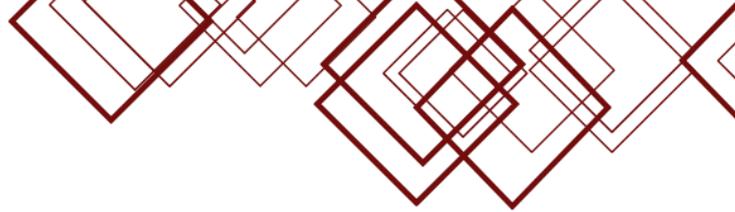
¹⁴ Padre “Salomão Pinto Vieira nasceu em Santiago de Besteiros, concelho de Tondela, Portugal. Em 1896, com 14 anos, fez uma primeira viagem ao Brasil, na companhia de um amigo do seu pai, mas não se tendo adaptado, regressou no Verão de 1897. Dedicado ao sacerdócio, frequentou os seminários de Viseu e Beja, tendo-se ordenado padre em Évora e celebrando a sua ‘missa nova’ em Bo Aldeia em 06.08.1906. Paroquiou e foi professor do ensino primário em Salreu, Cadima (Cantanhede) e no Banho (hoje Termas de S. Pedro do Sul). Em 1910, após a Proclamação da República, foi perseguido pelos esbirros da primeira República, acusado de perturbação da ordem pública com os seus sermões, detido e preso, na Semana Santa de 1911, tendo estado em prisão até Junho desse ano.

Solto depois desses eventos, continuou a pregar e, não se sentindo seguro, embarcou para o Brasil em finais (dezembro) de 1911, deixando a sua família inconsolável. A partir daí a sua vida decorreu no Brasil, em localidades diversas. Voltou a Portugal em 1931, onde esteve de junho até setembro, tendo depois regressado ao Brasil com intenção de voltar definitivamente. Porém uma doença pulmonar atacou-o fortemente e acabou por falecer aí em 16.10.1933, e do nosso conhecimento, foi sepultado no cemitério de Campos de Jordão” (depoimento de seu sobrinho e homônimo Salomão Pinto Vieira via e-mail, em 18/02/2021).

¹⁵ O ultramontanismo é um movimento católico iniciado na França e objetivava reestabelecer o poder do papa, o Magistério da Igreja e concretizar as normativas do Código Canônico, especialmente por meio da extinção das superstições e práticas desviantes do catolicismo popular.

¹⁶ O padre anterior, Gomes Pereira da Silva, havia tido grandes problemas com os políticos locais e os paroquianos no final do século XIX. Frustrado e cansado, preferiu recolher seus posicionamentos e adotar um tom neutro, que lhe causaria menor agravo. Os padres anteriores, Antônio Tomás de Campos (1833 a 1868) e Antônio Evaristo da Costa Campos (1869 a 1889), eram pai e filho declaradamente. O primeiro entregou a paróquia aos cuidados do segundo e ambos não moralizam as práticas católicas locais, na percepção de Padre Salomão Pinto Vieira.

¹⁷ Livro de tombo 1 (1915), p. 08 verso.



púlpito e estucou-se toda a igreja (tabela 01). Apenas em julho de 1920, a nova imagem do Senhor do Bonfim foi benzida e assentada no altar mor. Trazida da Casa Sucena, do Rio de Janeiro, e ofertada por Francisco Correa Bittencourt (coronel Chico Correia), a imagem de gesso que substituiu a de madeira custou setecentos e cinquenta mil réis, outros trezentos mil réis foram pagos pelo transporte. Dessa maneira, encerrou-se definitivamente as adaptações e reformas iniciadas por padre Salomão.

Tabela 01 – Modificações realizadas na Igreja do Bonfim na reforma de 1915

Informações	As despesas foram custeadas com o dinheiro deixado como herança ao Senhor do Bonfim por padre Gomes (falecido em 1914).
	Antônio Félix de Sousa fez a maioria dos consertos. Miguel Paulino construiu o torreão, o consistório e refez o estuque.
	Início em outubro de 1915 e término em julho de 1917.
Intervenções	As paredes da capela-mor foram demolidas, permitindo sua conexão com os cômodos laterais por meio de dois arcos de tijolos em cada lado.
	A capela-mor recebeu mais duas janelas.
	Seis janelas foram colocadas na nave, três de cada lado.
	O assoalho da nave foi substituído por outro com um palmo de diferença.
	Um cômodo foi construído paralelo ao corpo da igreja, do lado esquerdo, atijolado e com quatro janelas, para servir de consistório e sala de catecismo.
	Fez-se o torreão em frente à rua da Direita com o propósito de abrigar os sinos, um deles feito em Bomfim, no ano de 1765.
	Foram colocados vidros nas janelas.
	Estucou-se a nave da igreja e substituiu-se o estuque da capela-mor.
	O altar-mor antigo foi demolido e substituído pelo altar que ainda hoje se conserva na igreja.
	Um novo supedâneo foi feito na capela-mor e instalado ao seu redor o gradil envernizado.
	Demoliu-se o antigo púlpito e fez-se um portátil, em madeira.
Outras intervenções	Em 04/07/1920 padre Salomão Pinto Vieira entronizou uma nova imagem do Senhor do Bonfim no altar-mor. Hoje esta imagem está exposta para veneração na Matriz do Rosário.

Elaboração: Nascimento, 2022.

Nesse contexto, uma nova narrativa mística surgiu entorno do orago. Muitos devotos, alimentados pela memória coletiva e a oralitura herdada de seus ancestrais, temerosos de que a serpente despertasse e engolisse toda a cidade, como se fez crer no século XIX, frisaram o risco e o castigo que a substituição da estátua de madeira causaria, embora padre Salomão já tivesse tentado convencê-los de que a imagem, mesmo diferente, era de um só Senhor do Bonfim.



Como a antiga imagem foi levada para a igreja do Rosário dos Homens Pretos, estes devotos do Senhor do Bonfim começaram a divulgar que, uma hora ou outra, o padroeiro se deslocaria de lá e retomaria seu verdadeiro lugar no altar mor, caso contrário todos estariam fadados à ira divina. Além disso, a capacidade sobrenatural e miraculosa da velha imagem era constantemente reafirmada. Havia aqueles que acreditavam que o Senhor do Bonfim, de olhos sempre esbugalhados, piscaria para os pecadores e se comunicaria de modos específicos em determinadas situações, e aqueles que a viam, por conta da peruca de cabelos humanos e o tamanho real, como o próprio Cristo agonizante (fig. 02). Isto acontecia porque “o símbolo, nessa perspectiva, não se refere, sendo um meio de acesso, e, sim, traz em si, presente sua significação. Entre a aparência sensória e a ideia, a relação não é de analogia, e sim de co-presença, fusão e identificação” (CHAVES, 2009, p. 225). Em suma, apenas décadas depois, a antiga imagem do padroeiro voltou para seu lugar.

Figura 02 – Antiga imagem do Senhor do Bonfim (fora do altar mor, na Igreja do Rosário) e nova imagem do Senhor do Bonfim assentada no altar mor

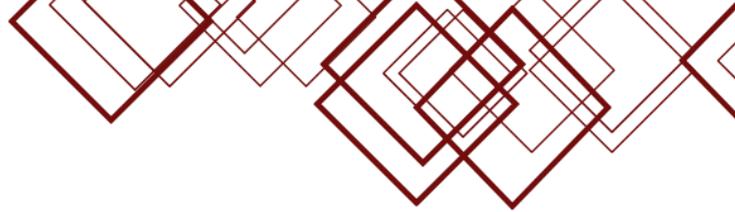
295



Fonte: Arquivo paroquial, meados do século XX.

Com a saída de padre Salomão Pinto Vieira em 1922, e o avanço da modernidade na paróquia, aos poucos a Igreja do Bonfim foi cedendo espaço para a nova e arejada Igreja do Rosário, construída na década de 1950, no lugar da antiga que ainda era igreja dos Homens Pretos¹⁸. Assim, a nova igreja do Rosário, um tanto moderna e maior, foi ocupando aos poucos

¹⁸ Sob a própria igreja do Rosário ainda paira uma áurea de mistério e dúvida. Demolida na década de 1930, não há esclarecimentos no livro de tomo da paróquia sobre seu estado de conservação na ocasião ou as motivações da demolição. Há apenas, na década de 1940, registros de uma movimentação comandada pelo clero que objetivava construir uma nova igreja dedicada à santa por conta da insistência de devotos, sobretudo de influentes mulheres da cidade. A Igreja dos Homens Pretos foi demolida na mesma época que duas outras igrejas dedicadas à padroeira



o lugar de matriz da paróquia, chegando ao ponto de, atualmente, a Igreja do Bonfim, ex-matriz, expropriada de seus privilégios, ter uma única missa semanal, no sábado à noite e estar relegada ao estado de capela filial. Inclusive, durante a transição da matriz da paróquia, novamente, cogitou-se demolir a Igreja do Bonfim, como explica José Trindade Zeni (1989, p. 06):

Após construída a nova igreja do Rosário, a do S. do Bonfim ficou abandonada por mais de vinte anos. Com isso ela foi se estragando e só resistiu porque tinha um bom madeiramento. Surgiu então, entre os moradores mais próximos, devotos, a ideia de reconstruí-la. (...) O corpo da igreja não pode ser reformado por falta de recursos e mesmo desinteresse de muitos.

Foi então que veio para cá um novo vigário, o Pe. Pole, já com a ideia de demolir total a igreja. Os católicos do bairro se apavoraram e eu encabecei um abaixo assinado onde colhi dezenas de assinaturas em protesto contra a demolição. Ainda assim, o vigário não concordou e foi marcado um plebiscito para a população decidir se demolia ou não a igreja. Continuei a luta, ajudado pelo Pe. Januário que sempre destacava em seus sermões a importância da velha igreja. Por fim, ganhamos o plebiscito por uma diferença de trinta e poucos votos.

Embora os moradores tenham conseguido impedir este projeto de padre Pole, no final do mesmo século (XX) e início do seguinte (XXI), a Igreja do Bonfim transitou por entre momentos de interdição, fechamento e supressão das atividades religiosas. A queda de parte de um arco cruzeiro foi uma das consequências deste silenciamento/ esquecimento.

296

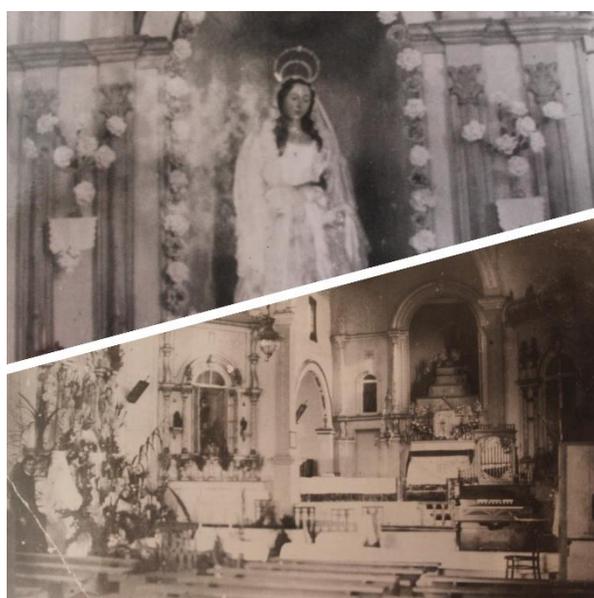
Diante da ausência de registros, muito pouco se sabe sobre as tradições realizadas na Igreja do Bonfim antes de sua inativação. Os escassos e raros documentos ainda existentes e a história oral, embora limitados, permitem identificar que durante o auge da igreja havia uma similitude litúrgica entre as manifestações religiosas de Bonfim e outras paróquias antigas de Goiás com a festa do Divino Espírito Santo, juizado de São Benedito, reinado de Nossa Senhora do Rosário, festa da Santa Cruz, procissão do Encontro, setenário das Dores e procissão de Corpus Christi. Conforme registra o livro de tombo 1, no dia primeiro de janeiro realizava-se a tradicional festa do padroeiro, o Senhor do Bonfim. Neste dia, as famílias da região se encontravam para suplicar a bênção do Senhor Bom Jesus do Bonfim para o ano que principiava e agradecer pelo ano que tinha findado. Havia muitos leilões e missa cantada, inclusive por musicistas de fora. Durante a Quaresma aconteciam procissões penitenciais, missas e celebrações próprias do tempo, como Setenário das Dores, Semana das Dores, Semana dos

dos escravizados e negros: a da cidade de Goiás e a de Pirenópolis. Isto parece ser mais que uma simples coincidência.



Passos e a própria Festa dos Passos. No mês de maio, mês de Maria, os jardins dos casarões, das casinhas, casebres e ranchos ofereciam as melhores flores para enfeitar os altares da matriz. Havia neste gesto uma sutil e tradicional competição entre as mulheres que procuravam, no decorrer dos trinta e um dias do mês, enfeitar melhor este ou aquele altar para enaltecer sua devoção e o poder de sua casa (figura 03). Este costume sobreviveu até meados do século XX e foi sepultado com as últimas senhorinhas bonfinenses que teimavam em manter viva uma memória religiosa, familiar e votiva.

Fig. 03 - Altares da Igreja do Bonfim ornamentados com flores



297

Fonte: Arquivo paroquial (meados do século XX)

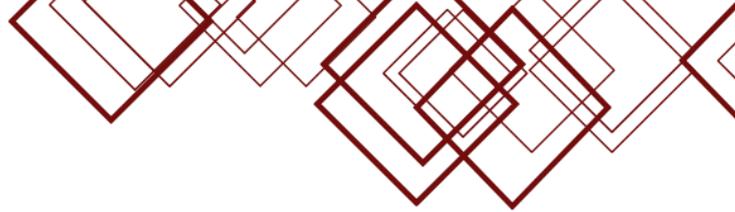
Ademais, a Igreja do Bonfim era também o centro da vida religiosa local e o espaço que demarcava os ritos de passagem, como recorda Oswaldo Sérgio Lobo em sua obra *Memórias* (1978, p. 17):

Em 9 de dezembro de 1911, minha Mãe me acordou cedo, fez com que eu tomasse banho, vestiu-me roupa limpa, me calçou meias e botinas, penteou-me, e me disse:

– Agora você vai a igreja matriz de Nosso Senhor do Bom Fim, assistir à missa: você, hoje, está fazendo sete anos de idade.

E lá se foi sozinho, bem lavado e bem vestido, de botinas, o órfão de pai, através de toda a cidade, cedo, em demanda do templo, a fim de assistir à missa, no dia do seu aniversário natalício, dos seus sete anos de idade.

Não me recordo de mais nada que me tivesse acontecido naquele dia.



Cheguei à igreja, ajoelhei-me. sentei, em seguida, no lugar destinado aos homens, e assisti à missa, que me pareceu curta.

Assim, em campo, começamos a nos questionar acerca dos motivos que suscitaram o silenciamento destas tradições religiosas, já que eram tão comuns e recorrentes em Silvânia até a década 1940 -1950, e fizeram de um momento¹⁹, que antes era patrimônio da memória coletiva, um vestígio do passado. Intrigou-nos também o fato de que em outras cidades antigas do estado de Goiás, como Pirenópolis, cidade de Goiás, Santa Cruz e Corumbá, mesmo com a modernidade em constante progresso, ainda (sub) existam as atividades religiosas barrocas que outrora também existiram em Bonfim.

Nesse contexto, conversando com alguns moradores da cidade e pessoas ligadas a movimentos e pastorais da paróquia, evidenciamos uma constante referência discursiva a “Cristo Ressuscitado” e a “Páscoa” enquanto centralidade da fé católica e a necessidade urgente de a Igreja fomentar manifestações religiosas metaforicamente vinculadas ao sentido de existir e ser da comunidade local, situação em que, portanto, seriam desusadas as atividades paralitúrgicas anteriores ao Concílio Vaticano II²⁰ como a Procissão do Senhor Morto, inclusive substituída na paróquia pela Procissão do Cristo Ressuscitado. Deste modo, questões de ordem cultural, social, política e pastoral, sobretudo a atuação pastoral dos religiosos de vida consagrada²¹ na vida paroquial, alteraram dinamicamente o modus operandi da vida religiosa em Silvânia com grande destaque para a Teologia da Libertação, “um movimento sócio-eclesial que surgiu dentro da Igreja Católica na década de 1960 e que, por meio de uma análise crítica da realidade social, buscou auxiliar a população pobre e oprimida na luta por direitos” (LEÃO, 2011, p. 01). Nesse ínterim, o Senhor do Bonfim representando o barroco, a dor, os hábitos pré-conciliares, a vida colonial e o retrocesso não é tão convidativo quanto o Cristo Ressuscitado que esplendorosamente abre seus braços no presbitério da atual Matriz, a Igreja Nossa Senhora do Rosário. Se o Senhor do Bonfim foi esquecido por muitos, porque não atende mais as

¹⁹ Consideramos aqui monumento como aquilo que faz recordar algo que uma sociedade não quer esquecer e por isso mesmo monumentaliza.

²⁰ O Concílio Vaticano II aconteceu entre 1964-1970 na Igreja Católica Apostólica Romana e lhe deu uma nova configuração dentro do contexto moderno. Os leigos adquiriram um espaço maior e uma oportunidade de atuarem e se engajarem nas atividades pastorais. Foi a partir dele que as missas pelo mundo todo começaram a ser rezadas em língua vernácula e o padre a se portar de frente para o povo, pois até então ele rezava a missa de costas para a assembleia. Um dos pontos fortes do Concílio Vaticano II foi o rompimento com a visão barroca de dor e sofrimento no culto católico, pois a centralidade de todo o culto canonicamente tornou-se a Páscoa, não que já não o fosse antes, e conseqüentemente na ressurreição de Jesus Cristo.

²¹ Em entrevista, uma senhora atribuiu às comunidades religiosas de vida consagrada que atuam na paróquia a extinção da Festa do Divino, a supressão dos rituais da semana santa e o desinteresse da comunidade por esses costumes antiquados.



necessidades didáticas da Igreja Católica Romana e nem mesmo as práticas votivas de grande parte da comunidade que mantém os olhos fixos na ressurreição e não mais no sofrimento de Cristo, para alguns ainda, continua digno de veneração e reverência.

Ademais, as missas da Igreja do Bonfim, celebradas apenas no sábado a noite, são menos concorridas que as missas celebradas na Igreja do Rosário. Sobre isto, obviamente, pesam questões que vão além da filiação votiva a determinado orago como a adequação e a disponibilidade de horários das celebrações religiosas. De modo geral, na Igreja do Bonfim o número reduzido de fiéis é composto em sua maioria por idosos já na Igreja do Rosário por um número maior de jovens.

Destarte, o sentido e a função originais da Igreja do Bonfim foram ressignificados, transmutados em meados do século XX diante das necessidades estruturais e logísticas da paróquia que precisava de espaço mais amplo para atender os fiéis. Assim, embora a igreja abrigasse o orago a quem a paróquia era dedicada, questões superiores à devoção comandaram o processo de transferência da sede paroquial e, ao invés de se construir uma nova igreja matriz dedicada ao santo padroeiro, preservando a antiga, como em Trindade, Goianópolis, Senador Canedo e outras cidades de Goiás, em Silvânia construiu-se uma nova igreja dedicada a um outro orago que não é o padroeiro paroquial, talvez porque a paróquia ainda estivesse em dívida com os devotos de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos.

299

Atualmente, na Igreja do Bonfim, a capela lateral (à esquerda) foi transformada em Museu de Arte Sacra e tem um acervo diversificado de imagens sacras e paramentos litúrgicos, dentre eles a venerável coroa do Divino Espírito Santo, que outrora fora usada durante os festejos do Império do Divino e as Cavalhadas. A capela lateral da direita, antiga capela de Nossa Senhora do Rosário, é utilizada para as atividades de catequese da comunidade e armazém de utensílios diversos, dentre eles alguns quadros de artistas locais (figura 04).

Figura 04 - Igreja Nosso Senhor do Bonfim atualmente – Silvânia (GO)



Fonte: Nascimento, 2017.

Nesse sentido, a Igreja do Bonfim, embora tombada e protegida por um grupo local, ainda carece de meios e práticas que garantam sua conservação, afinal isto implica integrar o patrimônio “no dinamismo do processo cultural” (BARRETO, 2000, p.15), coisa que ele, no caso da Igreja, não foi. Além disso, a existência de leis é importante para a valorização e preservação dos bens patrimoniais, entretanto, não é suficiente. É necessário que paralelamente às leis, haja uma conscientização quanto à sua importância, pois como afirma Choay (2017), apesar da existência da legislação, a destruição da cultura material prossegue, e geralmente a pretexto de modernização e também de restaurações feitas de forma inadequada ou em decorrência de pressões políticas.

Nesse ângulo, ao se falar em preservação patrimonial é importante ressaltar que o processo de implantação de leis em benefício da preservação do patrimônio histórico no Brasil é bastante recente. É no século XX, a partir de 1931, com a primeira grande reunião em Atenas (Grécia), e com sucessivas reuniões desse tipo em outros países, que a legislação acerca do patrimônio ganha maior atenção. No Brasil, ocorre a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), órgão vinculado ao governo federal, em 1937. Assim, o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, estabelecia como definição de patrimônio histórico, “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”. Com a Constituição Federal de 1988, o conceito de patrimônio histórico e artístico nacional foi



ampliado para patrimônio cultural, e seu Art. 216 afirma que, “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]”.

Desse modo, o descaso e o peso de lugar de história parecem sempre ter pesado sobre esse templo religioso e monumento histórico, tombado em 13 de outubro de 1980, sob a lei estadual nº 8.915/80, como patrimônio histórico estadual. O sentido conceitual do termo monumento Choay (2017) é amplo e se relaciona estritamente ao conceito lugar de memória (NORA, 1993), pois monumento é tudo aquilo que é

[...] edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças. A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ele a trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo- vibrar como se fosse presente. Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar (CHOAY, 2017, p. 18).

301

Sob esta lógica, mesmo em meio a desabamentos, constantes ameaças de demolição, reformas precárias e o conseqüentemente abandono pelos fiéis e pelo próprio clero, a Igreja do Bonfim (fig. 05) só se manteve de pé porque monumentaliza e rememora acontecimentos, pessoas e tempos de antanho, erguendo-se, portanto, na contramão da modernidade e do esquecimento, como um “lugar de memória”, cuja “razão fundamental de ser (...) é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento; fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para (...) prender o máximo de sentido num mínimo de sinais” (NORA, 1993, p. 22). Durante a pesquisa de campo, por exemplo, encontramos na uma senhora que já tendo feito suas orações, antes de sair, dirigiu-se ao sacristão para comentar “*Eu me sinto tão bem aqui. Se deixar venho toda hora*” e enfatizou, assim, com seu comportamento este sentido afetivo, sacro e místico de um monumento que materializa o transcendente e fixa seu significado.

Fig. 05 - Interior da Igreja de Nosso Senhor do Bonfim – Silvânia (GO)



Fonte: Nascimento (2017)

Por isso, Borges e Palacin afirmam ser “uma lástima que a expansão da cidade na parte alta tenha ocasionado, por falta de consciência histórica, o abandono e a conseqüente ruína do núcleo primitivo”. Para os estudiosos do *Patrimônio Histórico de Goiás*, esse passado precisa ser preservado, pois “unicamente a igreja do Bonfim e a Rua Direita, por seu conjunto, embora esteja este arruinado pela construção de edifícios de tipo moderno, conservam a lembrança do passado histórico. Devem ser conservados e, se possível, restaurados” (BORGES; PALACIN, s/d., s/p).

302

Além disso, se essa igreja ainda insiste em enfrentar ativa os avanços do progresso e da modernização que já engoliram praticamente quase todo o centro histórico da velha Bonfim: o Baú, a Festa e o Império do Divino Espírito Santo, o juizado de São Benedito e o reinado de Nossa Senhora do Rosário, a procissão de Corpus Christi, não é apenas por conta de seus esteios de aroeira e suas sólidas paredes de taipa e pau-a-pique que resistiram a séculos de ameaça, mas porque, em todo esse tempo, sempre houve aqueles que quisessem mantê-la viva como um espaço de memória coletiva e afetiva que não pode ser apagado.

Considerações Finais

Atualmente, para alguns, a Igreja de Nosso Senhor do Bonfim se tornou um arquivo, como fora também tornada em meados do século XIX, quando tentaram destruí-la pela primeira vez. Assim, este retorno do trágico e da ameaça, entre idas e vindas, continua permeando o símbolo já murcho de tradições adormecidas e esquecidas pela antiga Silvânia. Se a memória não é mais prática social, como em todos os lugares de história, a igreja é um resto, resto do que já se passou e já se foi e não faz mais nenhum sentido de permanecer. É o marco, a testemunha de uma outra era, de ilusões de eternidade e do ouro acabado. Nesta perspectiva,



percebe-se que dadas as dinamicidades do tempo, as disputas de interesse e as reordenações de liturgia da própria Igreja Católica, o uso e a função da Igreja do Bonfim, na contemporaneidade, adquiriram sentido outro daquele para o qual foi construída no século XVIII. Ademais, a própria devoção ao padroeiro, Senhor do Bonfim, não parece fazer sentido na era da Ressurreição e seu Ressuscitado.

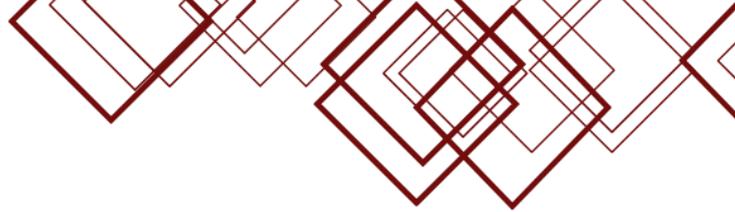
Entretanto, para um grupo reduzido de silvanienses, a igreja permanece como um elo forte de conexão entre os céus e a terra, entre o poderoso orago e os “degredados filhos de Eva”. Mais do que uma igreja velha, é a igreja primeva, o começo de tudo, o limiar entre o mundo dos homens e o mundo de Deus. Além disso, como lugar de memória, a ex-matriz persevera metaforizando, perpetuando e revivescendo os ancestrais, os tempos antigos e todo um rol de devotos, de milagres e sentidos que merecem ser presentificados e que os devotos fazem questão de presentificar.

Neste campo simbólico de disputa, seja por meio do esquecimento de muitos ou da preservação da parte de poucos, podemos perguntar-nos: será que esta igreja ainda é um lugar de memória? A resposta poderá ser sim e não. Para alguns a Igreja do Bonfim será sempre um demarcador identitário, eternizador e fonte de memórias mais do que de histórias, sobretudo àquelas relacionadas às relações parentais, familiares e as principais datas de transição de um estado social ou religioso para outro, como batismo, crisma, casamento, formatura de conclusão do curso normal, ginasial, dentre outros, pois “a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto” (NORA, 1993, p. 09); para outros ela será tão somente um museu, um prédio antigo e o retrato grotesco de um passado que já se foi e merece, portanto, ser esquecido e engolido pelo tempo. Espera-se que nesse campo de disputas prevaleça o bom senso pela valorização e preservação da Igreja Nosso Senhor do Bonfim de Silvânia – patrimônio representativo do período mineratório de Goiás no século XVIII – cujo valor cultural, histórico e estético é inegável.

303

Referências

- BARRETO, Margarida. *Turismo e Legado Cultural* – 3ª ed. Campinas-SP: Papyrus, 2000.
- BORGES, Humberto Crispim. *História de Silvânia*. Goiânia: Cerne, 1981.
- BORGES, Ana Maria; PALACIN, Luís. *Patrimônio Histórico de Goiás*. Goiânia: J. Câmara, s/d.



LEÃO, Rodrigo Augusto. *A Teologia da Libertação no Brasil: das formulações iniciais de sua doutrina aos novos desafios da atualidade*. In: Anais do II Seminário de Pesquisa da Faculdade de Ciências Sociais: diálogos entre graduação e pós-graduação. Goiânia: UFG, 2011.

CHAVES, Wagner Neves Diniz. *O santo não é a bandeira e a bandeira não é o santo: práticas de presentificação do santo nas folias de Reis e São José*. 2009. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Trad. Luciano Vieira Machado. 6ª edição. São Paulo: Estação Liberdade: Ed. UNESP, 2017.

LOBO, Oswaldo Sérgio. *Memórias*. Brasília, Gráfica Brasil Central, 1978.

LÔBO, Vicente de Paula Gustavo. Localização e cronologia. *Jornal O Silvaniense*. Silvânia, nov. 1986, p. 07.

MORAES, Cristina de Cássia Pereira. *Do Corpo Místico de Cristo: Irmandades e Confrarias de Goiás 1736 – 1808*. 1ª edição. E-book. Jundiá, SP: Paco Editorial, 2014.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. *Proj. História*, São Paulo, vol. 10, dez., 1993.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso. Um dia a Igreja cai: a importância cultural dos templos religiosos na cidade de Goiás. *Revista Patrimônio e Memória*, São Paulo: Unesp., v. 10, n.01, p. 28-47, jan. jun., 2014.

PALACIN, Luís. *O Século do Ouro em Goiás: 1722-1822, estrutura e conjuntura numa capitania de minas*. Goiânia: UCG, 1994.

POHL, Johann Emanuel. *Viagem no Interior do Brasil*. Tradução de Milton Amado e Eugênio Amado. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: USP, 1976.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de Goiás*. Tradução de Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: USP, 1975.

SANTOS, Amílcar Salgado dos. *Cartas de Goiás*. 1937.

ZENI, José Trindade. Uma igreja e muita história. *Jornal O silvaniense*, outubro de 1989.